

FINALIDADE DE PREENCHIMENTO

☒

Eleição

☐

Nomeação

☐

Transferência de Controle

☐

Alteração de Dados

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

DENOMINAÇÃO

CENTRAL SICOOB UNI

ÓRGÃO ESTATUTÁRIO/CONTRATUAL E CARGO

Conselheiro fiscal suplente

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME:

CPF:

DATA DE NASCIMENTO:

NOME DA MÃE:

NOME DO PAI:

DADOS COMPLEMENTARES:

NATURALIDADE:

SEXO:

PROFISSÃO:

ESTADO CIVIL:

☐

Casado – com separação de bens

☐

Casado – com comunhão parcial de bens

☐

Casado – com comunhão universal de bens

☐

Divorciado

☐

Separado Judicialmente

☐

Solteiro

☐

Viúvo

NOME DO CÔNJUGE:

CPF:

DOCUMENTOS:

TÍTULO ELEITORAL:

TIPO DE DOCUMENTO

NÚMERO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

DATA EXPEDIÇÃO

CARTEIRA DE IDENTIDADE:

CARTEIRA DE TRABALHO:

CARTEIRA DE MOTORISTA:

PASSAPORTE:

DADOS TELEFÔNICOS:

TIPO TELEFONE CONTATO

DDD

NÚMERO

RAMAL

CELULAR:

COMERCIAL – FAX:

**FORMULÁRIO CADASTRAL, DECLARAÇÕES E
AUTORIZAÇÕES DE CANDIDATO
CONTINUAÇÃO**



COMERCIAL – FONE:			
CONTATO (RECAD):			
RESIDENCIAL – FAX:			
RESIDENCIAL – FONE:			

DADOS DE ENDEREÇO RESIDENCIAL:

ENDEREÇO:	
COMPLEMENTO:	
CEP:	
PAÍS:	
UF (ESTADO):	
MUNICÍPIO:	
BAIRRO:	
CAIXA POSTAL:	
E-MAIL:	

DECLARAÇÕES

O candidato identificado declara:

- ✓ Ter reputação ilibada
- ✓ Ser residente no País
- ✓ não participar da administração ou deter 5% (cinco por cento) ou mais do capital de empresas de fomento mercantil ou de outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com exceção de cooperativa de crédito
- ✓ não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos
- ✓ não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio-administrador nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários
- ✓ não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas
- ✓ não estar declarado falido ou insolvente
- ✓ não ter controlado ou administrado, nos 2 (dois) anos que antecedem a eleição, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial

- ✓ não responder, nem qualquer sociedade da qual tenha sido controlador ou administrador à época dos fatos, por processo crime, inquérito policial e outras ocorrências ou circunstâncias análogas
- ✓ não responder por processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional e outras ocorrências ou circunstâncias análogas
- ✓ não estar em exercício de cargo público eletivo
- ✓ que está habilitado (a) para exercer o cargo ao qual se candidata e, se eleito for, assume desde já o compromisso de bem e fielmente cumprir os deveres do cargo em conformidade com:
 - Estatuto Social desta Cooperativa;
 - Art. 53 da Lei 5.764/71;
 - Lei 6.404/76, seção IV, Artigos 153 a 157;

AUTORIZAÇÕES

O candidato identificado autoriza a Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito:

- a) a ter acesso a informações a meu respeito, constantes de qualquer sistema público ou privado de cadastro e informações, inclusive processos e procedimentos judiciais ou administrativos e inquéritos policiais, para uso exclusivo no exame do respectivo processo;
- b) realizar o tratamento e o uso compartilhado de dados pessoais de minha titularidade, inclusive daqueles considerados sensíveis, nos termos do art. 5º, inciso II, da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e daqueles acobertados por outras espécies de sigilo, a exemplo do sigilo bancário de que trata a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. Declaro ainda estar ciente dos princípios que regem o tratamento de dados pessoais e dos direitos dos titulares dos dados previstos, respectivamente, nos arts. 6º e 18 da LGPD.

Cidade (UF), DDD de MMMM de 20xx.

Nome do Candidato